

Notas sobre iniciativas de gratuidade do volume mínimo vital de água na Índia: subsídios para o debate brasileiro

Por Marcos Montenegro¹, para o Ondas, em 27/08/2026.

A gratuidade de um volume mínimo essencial tem sido cada vez mais discutida no Brasil por movimentos sociais e ativistas dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário como forma de assegurar acessibilidade econômica, um dos pressupostos dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário.

O assunto foi examinado ainda em 2010 por VARGAS LOPEZ, na tese de doutorado que versou sobre a Avaliação do Programa Volume Mínimo Vital de Água Potável Gratuito na Colômbia: os casos de Bogotá e de Medellín. TOSTES em 2023 formulou uma teoria do mínimo vital de água. QUINTSLR e FERREIRA apresentaram em 2024 a agenda do volume mínimo de água para sobrevivência no Brasil e no mundo. Em 2025, trataram do tema ASSIS e CAVALAZZI em “Água: o preço exclui os brasileiros” e DA SILVA e MIRANDA em “O mínimo vital de água gratuito como garantia de um direito humano fundamental”.

No entanto, não foram encontrados na bibliografia brasileira exames dos programas desenvolvidos na Índia. Estas notas são apresentadas com a finalidade de enriquecer o debate deste tema no Brasil com as iniciativas indianas. Elas foram elaboradas a partir de informações disponibilizadas por fontes oficiais, estudos acadêmicos e notícias da imprensa indiana, com apoio de ferramentas de inteligência artificial. Os dados devem ser interpretados considerando diferenças metodológicas entre as fontes, períodos de referência e conceitos utilizados pelos diferentes programas.

Para tanto, foram levantadas informações sobre quatro programas indianos, dos quais três estão ativos e um foi descontinuado. O quadro a seguir resume informações principais sobre os programas e ajuda na leitura destas notas.

Localidade	Volume mensal gratuito	Cobrança quando o volume gratuito é excedido	Critério de acesso	Atendimento	Status atual (2025/26)
NCT Delhi	20 m ³	Integral: o benefício é perdido, sendo cobrado o volume consumido.	Todas as ligações residenciais regulares e com hidrômetro funcional.	1,89 milhão de ligações residenciais	Ativo, financiado com repasse governa-mental

¹ Marcos Helano Fernandes Montenegro, engenheiro civil, mestre em engenharia urbana, membro da coordenação executiva do Ondas.

Goa	16 m ³	Integral: o benefício é perdido, sendo cobrado o volume consumido.	Todas as ligações residenciais (com adaptação para condomínios).	Cerca de 111 mil ligações residenciais	Descontínuo em maio de 2025
Kerala	15 m ³	Integral: o benefício é perdido, sendo cobrado o volume consumido.	Ligações residenciais de famílias com renda abaixo da linha de pobreza.	869 mil famílias	Ativo, financiado com repasse governamental
Hyderabad	20 m ³	Marginal: Apenas o volume que ultrapassa o limite é cobrado.	Todas as ligações residenciais com vínculo ao documento de identidade e hidrômetro próprio.	630 a 650 mil ligações residenciais	Ativo, financiado com repasse governamental

O mapa esquemático a seguir mostra a localização de NCT Delhi, Goa, Kerala e Hyderabad no território indiano.



Complementarmente, estas notas também informam de maneira sintética sobre os dois principais programas de âmbito nacional direcionados à universalização do acesso à água e à eliminação da defecação a céu aberto no país.

O programa que tem como objetivo a provisão de ligação de água domiciliar é denominado Jal Jeevan Mission (Missão Água Vital) e foi lançado em 2019, seguindo ativo atualmente, sendo hoje complementado pelo programa AMRUT 2.0 que atua nas cidades maiores.

Já o programa que tem como objetivo a provisão de banheiros, chamado Swachh Bharat Mission (Missão Índia Limpa), é mais antigo pois foi iniciado em 2014 mas ainda está ativo, buscando atingir sua meta, originalmente estabelecida para 2019. No esgotamento sanitário, este programa também é complementado pelo programa AMRUT 2.0 que atua com escopo mais abrangente nas cidades maiores.

1. Programas de gratuidade do volume mínimo vital de água na Índia

1.1 NCT Delhi

O Território da Capital Nacional (NCT) de Delhi é uma entidade administrativa especial, equivalente a um território da União, com papel de capital política, cultural e econômica do país. Conta com uma assembleia legislativa própria e um governo local com poderes limitados, compartilhando a administração com o governo central, especialmente em questões de ordem pública, polícia e terras. No NCT está a cidade de Nova Deli, que é apenas um dos seus onze distritos e que serve como sede dos três poderes do governo indiano (Executivo, Legislativo e Judiciário). O NCT de Delhi tem área total de 1.483 km² com população estimada em cerca de 23 milhões de habitantes em 2026.

A entidade responsável pela prestação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no NCT de Delhi é o [Delhi Jal Board \(DJB\)](#), órgão governamental autônomo criado em 1998. O DJB é presidido pelo Ministro-Chefe de Delhi e opera sob a supervisão do Governo do NCT de Delhi.

Em junho de 2015 foi implantado no NCT de Delhi, por iniciativa do governo do Partido Aam Aadmi (AAP), o programa de fornecimento de água gratuita para todos os usuários residenciais com ligações regularmente hidrometradas e com consumo até 20 m³ mensais. Os usuários residenciais com ligações não hidrometradas ou com hidrômetros defeituosos não têm direito à gratuidade prevista no programa. O programa dispensa tanto a tarifa de água quanto a de esgoto, bem como as taxas fixas de serviço. Uma regra dura pretende estimular o controle do consumo: quando o consumo mensal excede 20 m³, o valor da conta é calculada com base nas tarifas progressivas aplicáveis ao consumo total, e não apenas ao valor excedente (AAM AADMI PARTY, 2022)

O programa foi mantido no orçamento de 2026–2027 mesmo com a mudança do partido no comando do governo quando o BJP substituiu o AAP em 2025. Aproximadamente 1,89 milhão de ligações são beneficiadas pelo programa de água gratuita no NCT de Delhi, representando a grande maioria das ligações residenciais com hidrômetro no território. Estima-se que cerca de 62% a 70% de todas as residências de Delhi recebam água gratuitamente por não superar o limite de consumo de 20 m³ mensais.

Uma avaliação abrangente do programa de NCT Delhi foi realizada em 2020 por PATHAK, do Center for Water and Sanitation (CWAS), CRDF da CEPT University. Destaca-se entre as conclusões do estudo, a constatação de que um grande número de usuários estava conseguindo se beneficiar de "Contas Zero" (57%), porém ficou

evidenciado um problema de equidade devido a problemas de disponibilidade de infraestrutura em áreas onde moram as populações mais vulneráveis.

De modo mais geral, entre as críticas mais frequentes ao programa estão:

- a) A não inclusão das famílias que moram em situação de informalidade e que não tem acesso a ligações regulares e hidrometradas de água;
- b) A não inclusão das famílias que repartem uma mesma ligação de água em razão do consumo ultrapassar o limite de 20 m³ mensais;
- c) A não inclusão de famílias cujas ligações apresentem hidrômetros defeituosos;
- d) A inclusão no programa também das famílias de maior renda que atendam os critérios do programa.

O AAP, partido cujo governo implantou o programa no NCT, afirma ter como uma de suas diretrizes o investimento massivo em serviços básicos subsidiados ou gratuitos, financiados por uma gestão fiscal prudente e combate a desperdícios, priorizando a educação pública (com aumento significativo do orçamento), a saúde, (por meio de clínicas de bairro) e a acessibilidade aos serviços públicos de saneamento e energia.

1.2 Goa

Goa é o menor estado da Índia, situado na costa ocidental do país. Foi sede do governo colonial português no subcontinente, contando hoje com uma população estimada de pouco mais de 1,6 milhões de habitantes em 2026. É o estado indiano de maior PIB per capita.

O abastecimento de água é prestado pelo [Public Works Department \(PWD\)](#) do Governo de Goa. Goa lançou um programa de gratuidade do volume mensal considerado vital ou básico em 2021, quando os domicílios em todo o estado tiveram direito a até 16 m³ de água por mês, gratuitamente, por meio de um programa chamado "Economize Água para Obter Água Grátis", mais conhecido como esquema "Zero Bill" (Conta Zero).

O desenho do programa impunha um limite rígido para o consumo mensal dos domicílios, prevendo gratuidade total até 16 m³, e perda completa do benefício se o consumo ultrapassasse este limite, quando então o usuário era cobrado pelo volume total consumido (e não apenas pelo volume excedente), além de arcar com as tarifas padrão calculadas por faixas de consumo e pelo aluguel do hidrômetro.

No entanto, o programa foi abruptamente descontinuado em 1º de maio de 2025, quando havia estimativas de que 48% das ligações (residenciais?) do estado estavam se beneficiando da medida (TIMES OF INDIA, 2025). A decisão do cancelamento do programa, com a retomada das estruturas padrão de faturamento, foi justificada pelo governo tanto pelo uso indevido do recurso, afirmando que muitos beneficiários utilizavam a água gratuita para lavar carros, regar jardins e outras atividades não essenciais, quanto pelo alto custo do programa que onerava os cofres públicos. O governo afirmou ainda que muitos moradores estavam solicitando múltiplas ligações de água para o mesmo lote/residência apenas para diluir o consumo total, fraudar o

medidor e forçar o faturamento a ficar abaixo do limite de 16 m³, obtendo faturas zeradas de forma ilícita.

O programa foi implementado e descontinuado pela mesma administração, controlada pelo BJP (Bharatiya Janata Party), o partido nacionalista de direita que também controla o governo nacional.

Eram beneficiados pelo programa usuários residenciais de pequeno e médio porte, abrangendo uma parcela massiva da população local. No momento do lançamento e ao longo de sua execução, o programa chegou a beneficiar entre 48% e 60% de todas as ligações de água residenciais de Goa. Nos primeiros meses da implementação do programa, as famílias que moravam em prédios ou complexos residenciais multifamiliares não conseguiam acessar o benefício porque o condomínio possuía apenas um hidrômetro central compartilhado. Então o governo alterou as regras para permitir que a medição total do condomínio fosse dividida pelo número de apartamentos. Isso gerou uma onda de pedidos de moradores de apartamentos que tentavam instalar ligações individuais e hidrômetros separados por imóvel para garantir a isenção de forma independente, um dos fatores que acabou sobrecarregando o sistema e facilitando as fraudes que, segundo o governo local, contribuíram para o fim do programa.

O fim do programa fez com que qualquer residência tivesse que pagar uma taxa fixa correspondente ao consumo mínimo de 16 m³, mesmo que gastasse muito menos. Mas uma alteração no sistema de cobranças determinou a cobrança pelo consumo medido, permitindo que as famílias passassem a pagar apenas pelo volume que consomem.

1.3 Kerala

O estado indiano de Kerala situa-se na costa sudoeste da Índia e tem população estimada de cerca de 36,2 milhões de habitantes em 2026. Kerala possui o maior IDH do país (0,784 em 2018); a maior taxa de alfabetização (96,2% em 2018); a maior expectativa de vida, 77,3 anos e a segunda maior taxa de urbanização.

Os serviços de água e esgoto são prestados pela [Kerala Water Authority \(KWA\)](#). O estado conta com um programa que, diferentemente de Delhi e Hyderabad, adota um critério socioeconômico, assegurando até 15 m³ de água gratuitos por mês exclusivamente para famílias registradas na categoria BPL (*Below poverty line* - Abaixo da linha de pobreza). O benefício que era originalmente garantido para até 10 m³ quando o programa foi implantado em 2008, foi ampliado para 15 m³ em setembro de 2014.

Como regra, se o consumo mensal de uma residência categorizada como BPL ultrapassar 15 m³, as tarifas vigentes para os usuários residenciais se aplicam ao valor total do consumo, não apenas ao excesso.

O programa de Kerala passou por grandes desafios estruturais e financeiros recentes devido ao aumento da demanda provocado pelo programa nacional *Jal Jeevan Mission* que expandiu massivamente a rede de abastecimento de água nas áreas rurais (RAJWI). O JJM Dashboard do Ministério de Jal Shakti (INDIA, 2026b) informa que o número de

domicílios rurais com ligação de água no estado saltou de 1,66 milhão em 2019 para mais de 3,90 milhões atualmente, o que gerou uma explosão de novos cadastros e pedidos de isenção por famílias com renda **abaixo da linha de pobreza**, que antes não tinham água encanada em suas casas.

Para evitar o colapso e o fim definitivo do programa, as autoridades de Kerala optaram por realizar uma ampla triagem digital cruzando os dados das ligações com o Departamento de Provisões Cíveis (Civil Supplies Department) para evitar fraudes e checar se os beneficiários realmente se enquadravam no perfil de baixa renda. O relatório administrativo da KWA para 2024–25 informa que aproximadamente 869 mil famílias com renda **abaixo da linha de pobreza** — recebiam 15 m³ de água potável por mês gratuitamente. Em 2026, o processo de identificação das residências elegíveis para participar do programa validou 899.652 residências das 1.005.761 que se candidataram (BIG, 2026).

1.4 Hyderabad

Hyderabad é a capital e maior cidade do estado indiano de Telangana, no centro sul da Índia. Uma das cidades mais populosas da Índia, com uma população estimada para 2026 de 10,1 milhões de habitantes.

Com os serviços de água e esgoto prestados pelo [Hyderabad Metropolitan Water Supply and Sewerage Board \(HMWSSB\)](#), a cidade fornece uma quota básica de 20 m³ de água potável gratuita por mês para os usuários residenciais. (WATER, 2021)

São exigidas para participar do programa que o número da Autoridade Única de Identificação da Índia (Aadhaar) do usuário residencial (semelhante ao CPF no Brasil) seja vinculado diretamente ao seu Número de Conta do Usuário (CAN) e que o usuário residencial instale um medidor de água funcional por conta própria para medir o volume mensal com precisão. Em Hyderabad, diferentemente dos programas de Delhi e de Kerala, o usuário é cobrado apenas pelo volume que ultrapassar o limite de 20 m³, conforme a tarifa aplicável.

O programa se iniciou em dezembro de 2020, esperando atender cerca de 900 mil usuários em um universo de 10,6 milhões. Na ocasião da sua implementação, os usuários residentes em favelas foram eximidos de consertar seus hidrômetros, tendo apenas que vincular o seu número Aadhaar ao Número de Conta do Consumidor. O consumo de água nas favelas é avaliado por meio de medidores de água coletivos.

O programa de fornecimento gratuito de até 20 m³ de água (20 KL) em Hyderabad continua operando plenamente, e o governo local continua liberando orçamentos oficiais recorrentes para reembolsar a HMWSSB pelos custos de manutenção do subsídio. Atualmente, o programa beneficia diretamente entre 630 e 650 mil usuários ligações residenciais cujos titulares possuem o cadastro devidamente integrado ao sistema governamental.

Com a expansão do território nos quais o serviço é prestado pelo HMWSSB, está havendo forte pressão social para que o programa seja expandido e atenda mais cerca de 250 mil domicílios, o que incrementará a demanda sobre o orçamento público (BASKI, 2026).

2. Impactos dos Programas Nacionais

Dois programas de âmbito nacional marcam a atual conjuntura dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário na Índia.

2.1 Jal Jeevan Mission na provisão de ligação de água domiciliar

O Programa Nacional Jal Jeevan Mission (Missão Água Vital) está em desenvolvimento desde agosto de 2019, sob direção do Ministério dos Recursos Hídricos em articulação com os governos estaduais. Seu objetivo principal é assegurar a todos e a cada um dos domicílios rurais uma ligação de água potável, alterando o padrão até então vigente do abastecimento de água rural por meio de soluções coletivas utilizando chafarizes, bombas manuais públicas ou caminhões-tanque comunitários para a prestação de serviços em nível doméstico. Ou seja, o conceito principal é disponibilizar “água em todas as casas”. O prazo original para atingir a meta de universalização que era 31 de março de 2024 foi estendido para 31 de dezembro de 2028 para possibilitar atender os domicílios rurais remanescentes de acesso mais difícil (MISHRA, 2026).

Neste Programa, não há cobrança ao usuário pela instalação da ligação de água. O custo do investimento é suportado a fundo perdido entre os governos central e estadual, com uma pequena participação comunitária.

Por não ter atingido as metas de universalização em 2024, em março de 2026, o Gabinete da União aprovou oficialmente uma nova fase do projeto, a Missão Jal Jeevan 2.0, estendendo o prazo até dezembro de 2028 para permitir atingir a meta da cobertura nacional completa, dando ênfase em reformas estruturais no abastecimento de água potável em áreas rurais. (INDIA, 2026a).

O objetivo central do Programa, como já dito, é fornecer, de modo sustentável, uma ligação funcional de torneira para todas as residências rurais, assegurando oferta de 55 litros per capita por dia, de modo a atender uma demanda essencial diária per capita composta por:

- a. bebida e cozinha: ~ 5 litros
- b. banho e higiene pessoal: ~15–20 litros
- c. ablução/descarga: ~15–20 litros
- d. lavagem de roupas e utensílios: ~10 litros.

Em julho de 2026, o Ministério dos Recursos Hídricos, cuja atuação abrange abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerava que a Jal Jeevan Mission havia elevado a cobertura de água encanada em áreas rurais de 16,71% para 82,09%, com 158,9 milhões de domicílios rurais conectados a ligações de água encanada funcionais no âmbito da JJM. (INDIA, 2026c)

Vários estados e territórios como Goa, Telangana, Haryana, Gujarat, Punjab, Himachal Pradesh e Mizoram já obtiveram 100% da certificação em todas as suas aldeias rurais.

Mas há críticas sobre o desempenho das ligações disponibilizadas, sendo a principal a de que a disponibilidade de ligação de água não significa serviço adequado no que diz

respeito a quantidade, qualidade e regularidade do abastecimento. Os resultados da avaliação nacional (INDIA, 2024) realizada em 2024 confirmam que problemas de operação e manutenção colocam limites à efetiva expansão do atendimento:

- 98,1% dos domicílios pesquisados tinham ligação de água;
- 86,5% tinham a ligação funcionando;
- 80,2% recebiam a quantidade adequada de água;
- 83,6% recebiam água regularmente;
- apenas 76% recebiam água que atendia aos padrões de qualidade especificados.

Originalmente a Jal Jeevan Mission focava exclusivamente em áreas rurais. Em 2021, foi lançada um programa complementar distinto destinado a promover o atendimento às populações urbanas, designado como Jal Jeevan Mission (Urban) ou JJM-Urban. Seu objetivo é fornecer cobertura universal de abastecimento de água através de ligação residencial de água funcional com torneira em todas as 4.378 cidades estatutárias da Índia. O Programa considera uma ligação residencial de água funcional quando inclui uma torneira localizada dentro das dependências da residência que fornece no mínimo 55 litros *per capita* por dia de água potável de forma regular e de longo prazo.

No âmbito do Jal Jeevan Mission (Urban) a família também não paga pela instalação física da ligação de água em sua residência. O custo de infraestrutura para conexão à rede de abastecimento urbana é financiado pelo governo central da Índia, governos estaduais e órgãos locais. Ao contrário do que ocorre em muitas zonas rurais, a medição é mandatória e o programa urbano promove a instalação de hidrômetros para monitorar o consumo, reduzir o desperdício e cobrar tarifas baseadas no uso real.

De fato, a Jal Jeevan Mission (Urban), desde o seu lançamento, fez parte de programa mais amplo, o AMRUT 2.0 (Atal Mission for Rejuvenation and Urban Transformation), que no abastecimento de água tem como objetivo declarado fornecer 100% de cobertura para todas as residências em cerca de 4.700 assentamentos urbanos locais, fornecendo cerca de 26,8 milhões de ligações de água (INDIA, 2021).

A incorporação numerosa de novos usuários aos sistemas públicos de abastecimento têm pressionado os programas que subsidiam a gratuidade de volumes mínimos para os usuários residenciais pela ampliação dos potenciais beneficiários.

2.2 Swachh Bharat Mission (provisão de banheiros)

A Índia mantém um programa público de provimento e construção de banheiros sanitários residenciais e coletivos por meio do Swachh Bharat Mission (SBM) ou Missão Índia Limpa, lançado em 2014.

O programa conta atualmente com dois componentes principais.

Segundo o governo nacional, na área rural, até novembro de 2025, o Swachh Bharat Mission (Grameen) – SBM(G) havia promovido a construção de 119,8 milhões de banheiros residenciais, além de 265 mil complexos sanitários comunitários. (INDIA,2025).

Na área urbana, o Swachh Bharat Mission-Urban (SBM-U), incorpora a construção de novos banheiros individuais, comunitários e públicos, além da manutenção e melhoria da infraestrutura de esgotamento sanitário existente. Até 2026, o componente urbano havia produzido mais de 6,37 milhões de banheiros residenciais e 6,36 milhões de banheiros públicos e comunitários. O Swachh Bharat Mission-Urban (SBM-U) incorpora também ações relacionadas ao manejo de resíduos sólidos (INDIA, 2026d).

Na verdade, para evitar a sobreposição de recursos e buscar atingir todas as cidades, o governo nacional dividiu a responsabilidade sobre o esgotamento sanitário nas áreas urbanas em dois programas por tamanho de município. As 500 cidades maiores são atendidas pelo programa AMRUT 2.0 lançado em 2021 com foco em esgotamento sanitário por meio de redes coletoras, enquanto o SBM-U 2.0, lançado na mesma ocasião, atua em todos os outros municípios e em cerca de 4.300 pequenas cidades não cobertos pelo AMRUT (INDIA, 2021).

No âmbito do AMRUT 2.0, diretrizes estipuladas pelo Ministério de Assuntos Urbanos da Índia estimulam política de gratuidade ou de incentivo financeiro para a ligação residencial à rede de esgoto com o objetivo de remover a barreira financeira inicial para que as famílias colaborem com a meta nacional de universalização do saneamento. (GHOGARE, 2026)

As famílias abaixo da linha da pobreza (BPL - *Below Poverty Line*) tem frequentemente direito à instalação gratuita da ligação até o interior do lote, da mesma forma que as residências situadas em favelas. Há casos onde o programa governamental financia a transição física de uma fossa rudimentar ou banheiro inadequado para uma ligação à rede de esgoto. A utilização de recursos do AMRUT 2.0 pressupõe a instituição da cobrança de tarifas mensais pelo uso dos serviços de esgotamento sanitário baseadas no consumo de água, frequentemente variando entre 50% e 100% do valor da conta de água, dependendo da cidade.

O Swachh Bharat Mission (SBM) é considerado um dos maiores programas de saneamento do mundo e produziu um aumento muito expressivo na disponibilidade de banheiros, com a Índia tendo declarado em 2019 todas as suas aldeias como livres da defecação a céu aberto.

No entanto, existem críticas importantes à sua implementação e, sobretudo, à forma de medir seus resultados, destacando-se:

- a. ênfase excessiva no número de unidades construídas, e não no uso efetivo, pouca ou nenhuma ênfase na informação e na conscientização nas comunidades locais;
- b. apenas a construção de banheiro pode não significar a eliminação efetiva da defecação a céu aberto (HATHI; SRIVASTAV, 2018);
- c. falta de água limitando o funcionamento adequado dos banheiros;
- d. a qualidade e a durabilidade das construções muitas vezes deficientes e inadequação da solução ao território (PRASAD, 2020);
- e. a insuficiência do financiamento para as famílias mais pobres;
- f. a reprodução de desigualdades sociais relacionadas a casta, classe social e gênero;

g. a manutenção precária, especialmente nos banheiros comunitários e urbanos, e a limpeza manual de fossas, causando inclusive mortes de numerosos trabalhadores de saneamento (ASOKAN);

h. os impactos ambientais negativos com o comprometimento da qualidade das águas em razão do manejo inadequado dos dejetos.

Tratando da efetividade da declaração de eliminação da defecação a céu aberto, YADAV e MAHAJAN mostram como o SBM alcançou sucesso estatístico, mas falhou em promover o uso efetivo dos banheiros disponibilizados em Kanpur Gram Panchayat, situado em Udaipur, Rajastão. Os banheiros foram construídos às pressas para viabilizar a declaração das aldeias como livres de defecação a céu aberto (ODF). Muitas unidades permaneceram incompletas ou disfuncionais devido à escassez ou indisponibilidade de água. Assim, banheiros foram usados para armazenar lenha, esterco e implementos agrícolas. Não houve empoderamento das tribos registradas e redução das desigualdades estruturais, fatores considerados pelos autores como essenciais para o efetivo sucesso do programa.

Em última instância, a principal crítica ao SBM se resume na seguinte questão:

Dos numerosos banheiros construídos, quantos estão efetivamente funcionando, sendo utilizados de modo seguro, durável e ambientalmente sustentável?

A segunda fase do programa, dita SBM 2.0, lançada em 2020 e ainda em desenvolvimento, buscou responder as críticas colocando o foco na sustentabilidade e na gestão de resíduos. O objetivo mudou de "construir banheiros" para garantir o uso, tratar resíduos e limpar o país (ÍNDIA, 2026e)

3. Alguns pontos para subsidiar o debate no Brasil sobre programas de gratuidade do volume mínimo vital de água

O objetivo destas notas é colaborar com o debate do "volume mínimo vital" no Brasil na perspectiva de assegurar acessibilidade econômica como dimensão do direito à água e ao esgotamento sanitário.

O que se verificou na Índia é que, para assegurar equidade, a gratuidade do volume mínimo vital precisa se articular com um esforço de universalização do acesso alavancado pela gratuidade ou subsídio das ligações domiciliares de água, das soluções de esgotamento sanitário e de esgoto e da provisão de banheiro. Ou seja, assegurar a acessibilidade econômica envolve manter as famílias em situação de vulnerabilidade atendidas mesmo quando não possam pagar e também remover os obstáculos econômicos ao "ingresso" nos serviços.

A seguir, destacam-se alguns pontos relevantes das iniciativas indianas registradas.

a. Amplitude da cobertura do programa

Verificou-se a existência de programas com cobertura de todos os usuários residenciais e um deles, o de Kerala, focado nas famílias com renda abaixo da linha de pobreza.

Evidentemente, a inclusão de todos os usuários residenciais eleva o custo do programa, mesmo que sejam excluídas as ligações cujo consumo ultrapassem o limite mensal.

b. O volume mensal máximo assegurado pelo programa

É um ponto da maior relevância pois o programa deve incentivar combater o desperdício e promover o uso racional da água mas não pode desfavorecer as famílias numerosas. De todo modo, limites de consumos mensais residenciais de 15m³ ou mais, como é o caso das iniciativas relatadas, são bastante abrangentes.

c. A cobrança quando ultrapassado o limite de volume mensal

A regra de Hyderabad que prevê a cobrança apenas do volume excedente parece socialmente mais justa e menos propensa a fraudes do que a regra de Delhi e Goa com a qual superar o consumo limite significa perder toda a gratuidade e que pode penalizar famílias numerosas. Por outro lado, a cobrança de todo o volume consumido no caso de superação do limite mensal, é um forte incentivo ao controle do uso da água na residência. Uma consideração do consumo médio na regra de cobrança poderia evitar penalizações inconvenientes. A cobrança apenas do volume excedente mas aplicando o preço das respectivas faixas de consumo poderia funcionar como um inibidor de consumo sem se constituir em punição excessiva.

d. O tratamento das ligações que atendem múltiplas economias residenciais

Este é um ponto crítico. O programa incentiva a medição individualizada mas ela nem sempre é viável, havendo necessidade de um tratamento que considere as especificidades locais e que busque equacionar a participação dos usuários residenciais que utilizam ligação que atendem múltiplas economias residenciais. O não equacionamento deste ponto é estímulo para fraudes. Uma provável solução seria a adoção do conceito de economias residenciais, como já se faz em condomínios habitacionais verticais com ligação coletiva.

e. Os domicílios em situação de informalidade

Destaca-se a crítica negativa ao programa de NCT Delhi quanto à não inclusão das famílias que moram em situação de informalidade e que não tenham acesso a ligações regulares e hidrometradas de água. Populações vulneráveis em favelas brasileiras e ocupações muitas vezes não possuem ligações formais e medição individualizada. O modelo de Hyderabad (uso de medidores coletivos em favelas para monitoramento do consumo) é uma medida viável a ser debatida. O não equacionamento deste ponto gera iniquidades flagrantes.

f. Pressuposto de universalização e qualificação da hidrometração

Um programa que tenha como pilar um limite de consumo mensal exige a universalização da medição das ligações residenciais e a implementação de programa permanente de manutenção corretiva e preventiva dos hidrômetros. É preciso considerar também a quem cabem os custos do hidrômetro e de sua instalação, manutenção e renovação periódica.

g. Vulnerabilidade cadastral no caso de programas com critério de limite de renda familiar

Programas como o de Kerala exigem cadastros sociais das famílias confiáveis e sistematicamente atualizados. O Brasil tem a vantagem de dispor do Cadastro Único para Programas Sociais que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo o território nacional. No entanto, as dificuldades para realizar o cruzamento dos registros do CadÚnico com os dos cadastros de usuários residenciais dos prestadores dos serviços de água e esgoto são bem conhecidas, tendo em vista os percalços verificados na implementação da tarifa social estabelecida pela Lei n. 14.898/2024, cuja superação é possível e está na ordem do dia.

h. O financiamento

Os programas de gratuidade dos volumes mínimo identificados na Índia são financiados pelo orçamento público dos titulares dos serviços públicos de água e esgoto, e operam sob o modelo de subsídio governamental no qual o estado reembolsa os prestadores de serviço de abastecimento de água pelas receitas não arrecadadas.

Não se encontrou menção ao aumento da progressividade do preço da água com o consumo para financiar mesmo que parcialmente a gratuidade do volume mínimo vital, o que pode vir a ser uma alternativa no Brasil.

Resumindo, verificou-se que as iniciativas estudadas não observam o paradigma da recuperação completa dos custos e exigem comprometimento permanente do orçamento público do ente que se responsabiliza pelo programa, ficando claro que a gratuidade do volume mínimo não elimina o custo do serviço: ela desloca parte desse custo do usuário para o contribuinte. Água gratuita não significa água sem custo.

i. A gratuidade das ligações residenciais e dos banheiros

Nos programas nacionais indianos, chama atenção a gratuidade do provimento de ligações de água e esgoto (ou de outra solução de esgotamento) e de banheiros. A acessibilidade econômica para os usuários em situação de vulnerabilidade, como pressuposto para a realização dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário, não é assegurada apenas pelo custo mensal dos serviços de água e esgoto compatível com a renda familiar mas também pela compatibilidade do custo de se tornar usuário regular dos serviços pela disponibilidade de banheiro no domicílio, de ligação de água e de ligação de esgoto à rede ou de outra solução adequada de esgotamento sanitário.

j. A expansão do acesso ao serviço de abastecimento amplia a base de potenciais beneficiários da gratuidade.

É o que está acontecendo em Kerala. Universalizar o acesso à água e assegurar a gratuidade do volume mínimo são ações distintas e o sucesso da primeira pode aumentar o custo da segunda.

Antes de terminar, cabe destacar dois aspectos fundamentais que não foram abordados nas informações coligidas sobre as iniciativas indianas examinadas nestas notas. O primeiro diz respeito a como equacionar a convivência entre tarifa social tal como estabelecida na legislação brasileira e a gratuidade do volume mínimo.

O segundo é o pressuposto de amplo acesso pelos usuários efetivos e potenciais à informação qualificada sobre as características e condições para acesso ao programa, especialmente quando ele é desenhado para atender apenas uma parcela dos usuários residenciais. Busca ativa para identificar e informar potenciais beneficiários não atendidos, facilidade de acesso para obter informações e para ser atendido pelo programa são condições essenciais a fim de garantir direitos.

Referências

AAM AADMI PARTY. **Water – Cheap access to clean water**. [New Delhi], 10 fev. 2022. Disponível em: <https://archive.aamaadmiparty.org/water-cheap-access-to-clean-water/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

ASOKAN, Ratik. **The Long Struggle of India's Sanitation Workers**. New York: The New York Review of Books, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.nybooks.com/online/2023/08/24/the-long-struggle-of-indias-sanitation-workers/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

ASSIS, Vívian Alves de; CAVALAZZI, Rosângela Lunardelli. **Água: o preço exclui os brasileiros**. ONDAS, 8 jul. 2025. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/agua-o-preco-exclui-os-brasileiros/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

BASKI, Sunny. **2.5 lakh households await free water scheme as Hyderabad faces supply crunch**. Times of India, Hyderabad, 1 jun. 2026. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/hyderabad/2-5-lakh-households-await-free-water-scheme-as-hyderabad-faces-supply-crunch/articleshow/131427898.cms>. Acesso em: 26 ago. 2026.

BIG relief: 8.99 lakh households eligible for free drinking water scheme in Kerala. Mathrubhumi English, Kerala, 6 abr. 2026. Disponível em: <https://english.mathrubhumi.com/news/kerala/big-relief-899-lakh-households-eligible-for-free-drinking-water-scheme-in-kerala-lqztglbw>. Acesso em: 26 ago. 2026.

GHOOGARE, Sanket. **AMRUT Mission 2.0 — India Central Scheme 2026**. [S. l.]: Schemes In India, 16 mai. 2026. Disponível em: <https://schemesinindia.in/central/amrut-mission-2-urban-water-sewerage>. Acesso em: 27 ago. 2026.

HATHI, Payal; SRIVASTAV, Nikhil. **Why we still need to measure open defecation in rural India**. [S. l.]: Ideas for India, 1 out. 2018. Disponível em: [ideasforindia.in. Tradução para o português pelo Google Tradutor disponível em: https://www-ideasforindia-in.translate.google.com/topics/human-development/why-we-still-need-to-measure-open-defecation-in-rural-india? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=sge](https://www.ideasforindia.in.translate.google.com/topics/human-development/why-we-still-need-to-measure-open-defecation-in-rural-india?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt&x_tr_pto=sge). Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Ministry of Housing and Urban Affairs. **AMRUT 2.0: Operational Guidelines**. Nova Deli: MoHUA, 2021. Disponível em: https://amrut.mohua.gov.in/uploads/AMRUT_2.0_Operational_Guidelines.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026

INDIA. Ministry of Jal Shakti. Department of Drinking Water and Sanitation. **Functionality Assessment of Household Tap Connection: National Report 2024**. New Delhi: Ministry of Jal Shakti, 2024. 116 p. Disponível em: https://jaljeewanmission.gov.in/sites/default/files/2025-12/FHTC_National%20Report%202024.pdf . Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Ministry of Jal Shakti. **Swachh Bharat Mission**. New Delhi: Press Information Bureau (PIB), 11 dez. 2025. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2202263®=3&lang=1> Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Prime Minister's Office. **Cabinet approves extension of Jal Jeevan Mission (JJM) period up to December 2028 with enhanced outlay and restructured implementation focusing on structural reforms in rural drinking water supply sector under JJM 2.0**. Nova Deli: PMINDIA, 10 mar. 2026a. Disponível em: https://www.pmindia.gov.in/en/news_updates/cabinet-approves-extension-of-jal-jeewan-mission-jjm-period-up-to-december-2028-with-enhanced-outlay-and-restructured-implementation-focusing-on-structural-reforms-in-rural-drinking-water-supply-sec/ . Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Ministry of Jal Shakti. **Jal Jeevan Mission - Har Ghar Jal: Status of households with tap water connection (Kerala)**. New Delhi: National Informatics Center, 2026b. Disponível em: <https://ejalshakti.gov.in/jjmreport/JJMState.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Ministry of Jal Shakti. **Jal Jeevan Mission Transforming Rural Tap Water Coverage**. New Delhi: Press Information Bureau, 27 jul. 2026c. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2290048®=3&lang=1>. Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Ministry of Housing and Urban Affairs. **Swachh Bharat Mission - Urban 2.0**. New Delhi: CMS Computers, 2026d. Disponível em: <https://sbmurban.org/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

INDIA. Ministry of Jal Shakti. **Effectiveness of cleanliness and sanitation initiatives: SBM(G) Phase-II accelerates sustainable rural sanitation and ODF Plus transformation**. *Press Information Bureau*, New Delhi, 30 jul. 2026e. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2291863®=48&lang=2>. Acesso em: 27 ago. 2026.

MISHRA, Vaibhav. **Jal Jeevan Mission: Har Ghar Jal, JJM-Urban and Water Quality.** Anantam IAS, 23 maio 2026. Disponível em: <https://anantamias.com/jal-jeevan-mission/#why-the-fhtc-metric-matters>. Acesso em: 26 ago. 2026.

PATHAK, Devas. **Understanding the Impact of Free Water Policy in Delhi.** Orientação de Aditi Dwivedi e Upasana Yadav. Ahmedabad: Center for Water and Sanitation (CWAS); CEPT University, jul. 2020. 26 p. Disponível em: [https://cwas.org.in/resources/file_manager/understanding_the_impact_of_free_water_policy_in_delhi_\(2020\).pdf](https://cwas.org.in/resources/file_manager/understanding_the_impact_of_free_water_policy_in_delhi_(2020).pdf). Acesso em: 26 ago. 2026. [1, 2]

PRASAD, Eklavya. **Why alluvial flood plains of north Bihar need alternative sanitation system.** New Delhi: Down To Earth, 27 jul. 2020. Disponível em: downtoearth.org.in. Tradução para o português pelo Google Tradutor disponível em: https://www.downtoearth-org-in.translate.google.com/rural-water-and-sanitation/why-alluvial-flood-plains-of-north-bihar-need-alternative-sanitation-system-72494?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge. Acesso em: 27 ago. 2026.

QUINTSLR, Suyá; FERREIRA, Laiana Carla. **A agenda do volume mínimo de água para sobrevivência no Brasil e no mundo.** ONDAS, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/a-agenda-do-volume-minimo-de-agua-para-sobrevivencia-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

RAJWI, Tiki. Urgent financial support needed to continue free water supply to BPL consumers, KWA tells State government. **The Hindu**, Thiruvananthapuram, 23 set. 2024. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/kerala/urgent-financial-support-needed-to-continue-free-water-supply-to-bpl-consumers-kwa-tells-state-government/article68674393.ece>. Acesso em: 27 ago. 2026

TIMES OF INDIA. **Free water scheme stopped due to misuse by consumers, says Sawant.** Times of India, Panaji, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/goa/free-water-scheme-stopped-due-to-misuse-by-consumers-says-sawant/articleshow/121892921.cms>. Acesso em: 26 ago. 2026.

TOSTES, Eduardo Chow de Martino. **Teoria do Mínimo Vital de Água.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. 248 p. ISBN 9788551924600.

VARGAS LOPEZ, Laura Marcela. **Avaliação do Programa Volume Mínimo Vital de Água Potável gratuito na Colômbia: os casos de Bogotá e de Medellín.** Tese [Doutorado]. UFMG, 2018. 210 p. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/RAOA-BBBK4E>. Acesso em: 26 ago. 2026.

WATER Board clarifies about 20,000-litre free water scheme. **The Hindu**, Hyderabad, 15 jun. 2021. Disponível em: https://www.thehindu.com/news/cities/Hyderabad/water-board-clarifies-about-20000-litre-free-water-scheme/article34824787.ece#google_vignette. Acesso em: 26 ago. 2026.

YADAV, Krishna Kant; MAHAJAN, Chakraverti. **The Making of an Open Defecation-Free Village: Social Reality of the Swachh Bharat Mission in Tribal Rajasthan.** Social Change, Nova Délhi, v. 55, n. 1, p. 44-60, 2025. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00490857241295277>. Acesso em: 26 ago. 2026.